

A relação da idade nas práticas e identificação do assédio: estudo com docentes da região Nordeste¹

Tháisa Cristina BUENO²
Michelly Santos de CARVALHO³
Letícia CARDOSO⁴
Leila Lima de SOUSA⁵
Janaína Lopes de AMORIM⁶

Universidade Federal do Maranhã/ Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este estudo buscar entender como o fator idade impacta na incidência e identificação das práticas de assédio sexual e moral na rotina de trabalho de mulheres que atuam como docentes nos programas de pós-graduação em Comunicação na região Nordeste. Ao todo são entrevistadas 11 docentes que atuam em programas de pós-graduação dos oito estados do Nordeste. Neste *paper* reunimos os relatos dessas mulheres, que ocupam um papel de reconhecimento no seu campo de atuação, num espaço em que historicamente se luta por reconhecimento da pauta feminista. Ao tentar entender esse fenômeno de acordo com a sua idade dessas mulheres propomos uma reflexão que busca retratar, a partir de experiências individuais, à dinâmica social dessa violência. O estudo pretende contribuir para uma compreensão mais abrangente e alicerçada de como as mulheres são impactadas pelo assédio em diferentes estágios de suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio moral e sexual; Docência; Nordeste; Pós-Graduação; Comunicação.

¹Trabalho apresentado no GP de número 9. GP Comunicação, Alteridade e Diversidade do 23º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-Minas – 4 a 8 de setembro de 2023

² Professora adjunta do curso de graduação em Jornalismo na UFMA de Imperatriz e docente permanente no Programa de Pós-graduação (Mestrado em Comunicação) na mesma instituição. E-mail: thaisa.bueno@ufma.br

³Professora e Coordenadora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (Imperatriz – MA), Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Feminismos – Maria Firmina dos Reis. E-mail: michelly.carvalho@ufma.br

⁴ Professora adjunta do Curso de Jornalismo, campus São Luís, e docente permanente no Programa de Pós-graduação (Mestrado em Comunicação) na mesma instituição. E-mail: owner:leticia.cardoso@ufma.br

⁵ Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Vice-coordenadora do Núcleo de estudo, pesquisa e extensão em comunicação, gênero e feminismos: Maria Firmina dos Reis, da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: sousa.leila@ufma.br

⁶ Doutoranda em Comunicação (UFPA). Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão (2021). E-mail: jannaina.amorim@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo buscar entender como o fator idade impacta na incidência e identificação das práticas de assédio sexual e moral na rotina de trabalho de mulheres que atuam como docentes nos programas de pós-graduação em Comunicação na região Nordeste. O delineamento sobre as questões etárias foi escolhido por aparecer na fala de nove, das doze entrevistadas que integram um levantamento maior, intitulado "Assédio a professoras no ensino superior: um estudo sobre a realidade nos programas de pós-graduação no Nordeste", vinculado ao curso de graduação e pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em Imperatriz, financiado pelo Edital Universal do CNPq (CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021). Além disso, o mesmo estudo mostrou que a maior parte das mulheres (64,9%) entrevistadas, que possuem mais de 45 anos, entendiam a idade como um fator que remodelava as situações de assédio no nas suas rotinas de trabalho dentro da universidade.

No recorte aqui apresentado o objetivo do estudo foi entender como envelhecimento e juventude, numa sociedade que enfatiza a atratividade física como atributos fundamentais das mulheres (ZANELLO, 2018), aparece nas condutas de assédio que elas sofrem ao longo da sua trajetória no mercado de trabalho, bem como o próprio reconhecimento das práticas adquiridos por elas.

A categorização de gênero, relacionada ao feminino, carrega consigo outros elementos de construção colonial e um deles é a classificação etária a partir de uma lógica do Ocidente. Além de um período de transição entre a infância e a vida adulta, juventude é considerada também um período marcado pela vitalidade, beleza, bem-estar, um ideal a ser perseguido pelos mais velhos através do consumo para sentirem-se jovens, em corpo e espírito (GROPPO, 2017). A exigência de uma eterna juventude é imposta principalmente para as mulheres. Assim, diferente das sociedades Africanas e em algumas experiências Latino-Americanas, onde a idade é celebrada como critério de respeito e levado em consideração para a composição de lideranças nas comunidades (OYEWUMÍ, 2004; BAKARE-YUSUF, 2013; LUGONES, 2014; 2020; CURIEL, 2020), no Ocidente, o gênero e idade são os elementos centrais que configuram hierarquias e subordinações – especialmente relacionadas à ocupação de cargos de prestígio.

Cabe mencionar que o assédio moral é caracterizado pelo tratamento rigoroso e humilhante com a vítima, marcado por comportamento como desprezo ou ameaça ao emprego da vítima. Já o sexual é a investida de cunho sexual, por meio de gestos, palavras, mensagens que não sejam desejadas pela vítima, causando constrangimento. Ambos estão relacionados a questões de gênero, raça e idade (SOARES, DUARTE, 2014; NUNES, REGO 2011).

As entrevistas sinalizam que a prática do assédio precisa ser compreendida diante de um cenário mais amplo e através de uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002). Assim, o machismo, o sexismo e a estrutura patriarcal, somam-se a outros aspectos como a idade, o racismo e com a ideologia dos papéis e atributos de gênero para tipificar o tipo de assédio mais recorrente a determinados corpos. Nota-se que muitos casos de assédio não são reconhecidos ou demoram a ser classificados assim pelas nuances da estrutura patriarcal que sustentam o ambiente acadêmico e as lógicas cotidianas dos cursos e departamentos, ainda que muitos desses espaços sejam majoritariamente ocupados por mulheres.

Metodologicamente o estudo está ancorado em entrevistas em profundidade (DUARTE, 2006) conduzidas pelas pesquisadoras às professoras que se disponibilizam a participar do estudo. Ao todo foram entrevistadas 12 docentes que atuam em programas de pós-graduação dos 9 estados do Nordeste que oferecem essa formação, apenas docentes do Ceará e Pernambuco recusaram participar da segunda fase da pesquisa.

Neste artigo reunimos os relatos dessas mulheres, que ocupam um papel de reconhecimento no seu campo de atuação, num espaço em que historicamente se luta por reconhecimento da pauta feminista. Assim, são apresentadas a partir da análise desses relatos os desafios e contradições desse lugar que reproduz velhas estruturas de opressão – patriarcal e capitalista – que favorece e legitima a discriminação social da mulher. Adotamos a epistemologia feminista em diálogo com autoras como Zanello (2018), Lord (2019), Bertolini (2002), Butler (2003), Barreto (2003), Hill Collins (2019), Lugones (2014) entre outras para compreender as negociações estabelecidas nesse processo.

A estrutura patriarcal das Universidades indica que os homens se sentem autorizados à prática de assédio, sobretudo o assédio moral e, raramente, são penalizados por tais ações. De acordo com as entrevistas realizadas, são poucas as

Instituições que apresentam canais de apoio às vítimas de assédio e o tema não é discutido abertamente nos departamentos.

Ao tentar entender esse fenômeno de acordo com a idade dessas mulheres propomos uma reflexão que busca retratar, a partir de experiências individuais, a dinâmica social dessa violência. O estudo pretende contribuir para uma compreensão mais abrangente e alicerçada de como as mulheres são impactadas pelo assédio em diferentes estágios de suas vidas.

ÁREA CONSIDERADAS FEMININA

Dados levantados pela Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI), divulgados pela Agência Brasil [TB1], dão conta que o Brasil é o país ibero-americano com maior percentual de mulheres assinando artigos científicos, como autora ou coautora. Além disso, dados divulgados pela Capes [TB2] (2020) destacam que as mulheres são maioria entre os bolsistas de mestrado e doutorado no Brasil. Elas somam 195 mil matriculadas de um universo de 364 mil estudantes.

Mesmo compondo a maioria na pós-graduação, as mulheres ainda são minoria nos cargos de docência nas Universidades brasileiras. Elas representam 54,2% das matriculadas em pós-graduação, sendo 58% destas beneficiárias de bolsas de financiamento (JORNAL UNESP, 2023). Segundo levantamento realizado pelo Laboratório de Estudos sobre Educação Superior (LEES), da Unicamp, no período de 1996 a 2014, 51% dos títulos de doutorado foram conquistados por mulheres. Esse percentual, por exemplo, não confere segurança para a ocupação de cargos de docentes, já que nesse mesmo período, a ocupação de postos de trabalho por mulheres cresceu apenas 1%, 44,5% para 45,5%.

O fenômeno que se refere à desigualdade entre o tempo de estudos das mulheres e os postos de trabalho ocupados, tem sido denominado de “efeito tesoura”. Entre os fatores que explicam essa relação desproporcional entre a formação e o emprego, estão temas como o assédio e a maternidade, que afastam ou excluem as mulheres do ambiente acadêmico. Apenas 34% das mulheres alcançam equidade na pós-graduação. Além de maioria na pós-graduação e como beneficiárias das bolsas de fomento, as mulheres também têm se destacado em relação à criação de patentes. Uma pesquisa realizada pela UFRJ aponta que entre os anos de 2017 e 2021, 87% dos pedidos de patentes apresentavam apenas uma mulher na lista de pesquisadores (PESSOA, 2023).

Além disso, quando a raça é adicionada ao gênero, as desigualdades se tornam maiores: entre as docentes, apenas 5% são negras, de acordo com um levantamento realizado pelo Instituto Serrapilheira, no ano de 2020. Em relação à distribuição de bolsas – apenas 2,6% são negras; mulheres brancas ainda são maioria, 12,3%

METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo que tem como foco entender por meio de entrevistas em profundidade como as questões de idade aparecem nas situações de assédio experienciadas por mulheres, professoras e pesquisadoras, integrantes dos programas de pós-graduação *strictu sensus* no Nordeste. Atualmente, dos nove estados do Nordeste, apenas Alagoas não oferecem cursos de pós-graduação neste nível. Os oito demais, juntos, incluindo cursos públicos e privados, somam 12 programas – Sergipe (1), Piauí (1), Rio Grande do Norte (1), Pernambuco (2), Bahia (2), Maranhão (2), Paraíba (2), Ceará (1).

O estudo é guiado pelos preceitos da Teoria Fundamentada (*Grounded Theory*), um aporte metodológico que reúne procedimentos e técnicas de aplicação e análise sistemática, para estudos qualitativos que busca entender um acontecimento (LEITE, 2023). Costuma-se dizer que a Teoria Fundamentada (TF) busca responder o seguinte questionamento: “o que está acontecendo aqui?” e a resposta será buscada a interpretação profunda e contínua dos dados. Com explicam Tie, Briks e Francis (2019, p 1-2) trata-se de uma investigação “[...] apropriada quando pouco se sabe sobre um fenômeno”, ou como explica Tarozzi (2011, p. 22) “um traço peculiar da GT é o de ser particularmente apta a exploração, não de fenômenos estáticos, mas dos processos subjacentes a tais fenômenos e de suas dinâmicas, percebidas em seus respectivos contextos”.

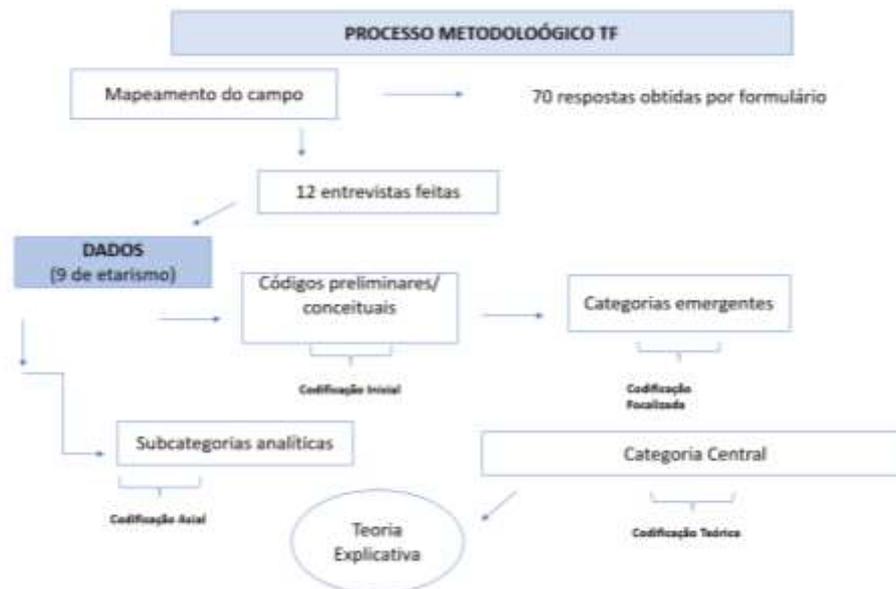
Cabe pontuar que não há um único modelo de aplicação da TF e que ao longo dos anos autores adaptaram e modificaram seus procedimentos. Creswell (2005) sistematizou essas escolas em três grandes grupos: TF Emergente (Glaser, 1992; Glaser & Strauss, 1967); TF Sistemática (Strauss & Corbin, 1990; 1998; Corbin & Strauss, 2008); e TF Construtivista (Charmaz, 2009a, 2006/2014). A mesma divisão depois foi detalhada por processos e tentando reunir as principais características de cada uma nos textos de Tarozzi (2011). Neste artigo vamos adotar as orientações de Kathy Charmaz (2009a, 2009b, 2006/2014) guiando nossa análise nas quatro etapas descritas pela autora: O primeiro passo seria realizar uma codificação inicial dos dados, identificando

unidades significativas de análise, como frases, palavras ou trechos relacionados ao assédio sexual e ao etarismo. Essas unidades seriam então agrupadas em categorias iniciais e depois reagrupadas em categorias Focalizadas, que seriam geradas de forma indutiva, a partir dos dados brutos. Posteriormente, novos memorandos e reorganizações permitiriam a codificação Axial, que envolve a organização e a conexão das categorias em um modelo conceitual, sempre guiado por uma ação. Nesse estágio, seriam identificadas relações entre as categorias emergentes e seriam desenvolvidas subcategorias ou propriedades dentro dessas categorias. Ao longo do processo, foram realizadas constantes comparações entre os casos e as categorias, buscando semelhanças e diferenças, e refinando o modelo teórico em desenvolvimento. Finalmente, passa-se para codificação teórica, onde as principais categorias e suas propriedades foram refinadas e integradas até a proposição de uma teoria substantiva ou geral, explicando as interações entre o assédio sexual, o etarismo e o gênero nas experiências das professoras.

Descrevendo esses passos neste artigo, inicialmente, antes de iniciarmos as entrevistas, a seleção das sujeitas integrantes deste estudo promoveu, de maneira exploratória e panorâmica, um mapeamento das ocorrências de casos de assédio moral e sexual com as professoras que atuavam nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação do Nordeste. Este levantamento inicial foi conduzido por meio de um formulário da *Google* direcionado a professoras dos programas. A partir deste questionário foram identificadas professoras que estavam dispostas a participar da entrevista. Assim, de um universo de 70 docentes mapeadas da região selecionada para a pesquisa, conseguimos 37 interlocutoras, professoras de programas de Pós-Graduação em Comunicação, oriundas dos 9 estados nordestinos. Destas, 12 se dispuseram a conceder entrevistas em profundidade para discutir experiências de assédio no âmbito da universidade. O roteiro de entrevistas foi estruturado a partir de alguns eixos centrais: **a)** experiência de assédio: tipo, de onde partiu; **b)** Identificação do assédio: conhecimento sobre o tema; abertura para falar sobre o tema no ambiente de trabalho; **c)** como proceder em casos de assédio, entre outros relacionados às assimetrias de gênero nas Instituições de Ensino. Durante as entrevistas, 9 professoras, de maneira espontânea, abordaram o tema do etarismo, tanto nas ocorrências de assédio, quanto na sua própria capacidade de identificação da prática, considerando também o elemento do envelhecimento e juventude como uma condicionante desse tipo de violência. Esse

conjunto de dados selecionado como recorte da pesquisa foi analisado à luz da TF, buscando contexto, causas, condições, estratégias e consequências. O quadro a seguir destaca imageticamente esse procedimento (QUADRO 1).

Quadro 1. Processo metodológica da TF adotado neste estudo



Fonte: As autoras (2023)

A partir dos dados do questionário, identificamos a necessidade de aprofundar alguns aspectos nas entrevistas, um deles é o tema deste artigo. A idade parece ser um fator determinante para a identificação e o reconhecimento dos casos/ situações de assédio. As entrevistas apontaram nuances como a inexperiência, posturas classificadas como femininas, a feminilidade como fatores que podem aprofundar a situação de vulnerabilidade de algumas docentes.

Todos os achados da pesquisa foram fundamentais para que pudéssemos direcionar leituras e discussões teóricas, assim como também para dialogar com outros suportes metodológicos. Ao identificarmos padrões de repetição entre os depoimentos, consideramos que a Teoria Fundamentada pudesse nos oferecer mais mecanismos de análise, além da possibilidade de tentar dialogar com as ideias que se aproximavam nos depoimentos das diferentes docentes.

GÊNERO ETARISMO E TRABALHO DOCENTE

Ao discutir sobre gênero e docência, a autora Guacira Lopes Louro (1997) destaca a forma como as Instituições reproduzem as práticas sociais e constroem sujeitos e suas representações a partir dos marcadores sociais de gênero, raça e classe. É assim, por exemplo, que as transformações na docência são explicadas. Somente a partir do século XIX a profissão do magistério se tornou possível e permitida para as mulheres. Com o passar do tempo, além de permitida, a profissão também passa a ser indicada a elas. O processo de “feminização” do magistério vai sendo construído a partir de hierarquizações de gênero que situam os homens como representantes da “autoridade e [do]conhecimento”. Já às mulheres caberiam as funções representadas pela figura “maternal” sendo, pois, responsáveis pela “aprendizagem dos/das alunos/as” (LOURO, 1997, p. 107, adaptado).

Dessa forma, a autora complementa que ainda que as mulheres com o passar dos anos sejam maioria na ocupação de cargos no magistério, são os homens e o conhecimento construído por eles que fundamentam os currículos e modelos escolares. Assim, um outro ponto de destaque nas reflexões levantadas pela autora é que historicamente as funções destinadas às mulheres nos postos de trabalho relacionados à educação, diziam respeito a posturas de “cuidado, vigilância e educação” (LOURO, 1997, p. 89), ou seja, caberia às mulheres a tutela e a educação das crianças ou adolescentes, reproduzindo, assim, funções tradicionais familiares.

Professoras foram vistas, em diferentes momentos, como solteironas ou “tias”, como gentis normalistas, habilidosas alfabetizadoras, modelos de virtude, trabalhadoras da educação; professores homens foram apresentados como bondosos orientadores espirituais ou como severos educadores, sábios mestres, exemplos de cidadãos (LOURO, 1997, p. 100).

Ainda que atravessadas por um universo que super valoriza a produção e as posturas masculinas, as mulheres foram responsáveis por construir “formas organizativas” e conferir novos significados e sentidos para a prática docente, tornando-a mais próxima de características políticas e profissionais (LOURO, 1997, p. 108). São essas estratégias criadas e ressignificadas pelas mulheres que dão um outro sentido para a prática do Ensino, sobretudo no sentido de ocupar esse espaço como uma dimensão política e cidadã.

Junto ao gênero, outros aspectos têm influenciado a prática docente. Um deles parece também estar relacionado à idade, ao estágio de juventude que caracteriza a entrada de algumas docentes na carreira universitária. Nesta investigação, por exemplo, alguns relatos indicam que o assédio é uma prática cotidiana na vida das professoras universitárias e está atrelado a hierarquias e padrões de gênero. Além disso, a idade parece ser um fator que confere insegurança e vulnerabilidade para as docentes. Quanto mais jovens e com menos tempo na profissão, mais as professoras se sentem vigiadas, reguladas pelos comentários e padrões naturalizados no ambiente de trabalho e também por cargas excessivas de trabalho. Além disso, também são vítimas de “piadas” e “comentários” machistas e assediadores de colegas geralmente situados em posição hierárquica superior.

Nesse sentido, a Interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), é um conceito que usamos como suporte analítico para compreender a forma como diversos marcadores sociais podem atuar, conjuntamente, como entraves que excluem ou dificultam a inserção e a permanência de mulheres em cargos de poder e no exercício da docência universitária. Se a juventude parece, também no ambiente universitário, estar relacionada a aspectos como regulação, controle, falta de autonomia e vigilância, historicamente utilizadas para classificar a faixa etária da juventude e justificar a classificação dos sujeitos como problema social e para mantê-los sob constante vigilância (GROPPO, 2017; FEIXA PAMPOLS e OLIART, 2016). Nas classificações do gênero junto à vivência universitária, a velhice carrega, conforme temos observado, o sentido de conscientização, maturidade, autonomia e uma maior liberdade para o exercício da docência. Também é um momento de maior leitura e observação crítica sobre episódios de assédio e da cultura acadêmica em relação a esses casos.

A construção da ideia de gênero propõe o conceito como universal e ganha força nos contextos europeu e norte-americano pela noção de “família nuclear”. Construindo não só papéis e hierarquias para o feminino e o masculino, como também propondo um modelo único de “ser mulher”. (OYĚWÙMÍ, 2004; LUGONES, 2014). Outros modelos sociais, sobretudo os experienciados em sociedades Africanas e Latino-Americanas contrapõem e confrontam os papéis generificados por discutir que as divisões sociais nesses ambientes nunca estiveram pautado no sexo ou em características consideradas “femininas” ou “masculinas” e, sim, em critérios relacionados a idade ou a experiência, por exemplo.

ANÁLISE DE DADOS

A idade não era o foco desta pesquisa, porém, emergiu espontaneamente nas falas das entrevistadas. Ao compartilharem casos de assédio tanto no passado como no presente, duas questões essenciais foram levantadas para a discussão do assédio no âmbito universitário. Primeiramente, observou-se que a juventude está mais suscetível a situações de assédio, seja devido à sua aparência física ou à percepção de serem menos capazes de compreender tais situações ou ainda à insegurança gerada pela falta de experiência na profissão e o começo da carreira. Em segundo lugar, constatou-se que a maturidade e a idade avançada resultaram em menos ocorrências de assédio, porém, também proporcionaram uma maior segurança para identificar e posicionar-se diante dessas práticas. Essa última questão levou a reflexões adicionais sobre a postura no ambiente acadêmico.

Necessário ressaltar que das nove professoras participantes que abordaram a intersecção entre gênero e idade em suas declarações, três se encontravam na faixa etária de 35 a 44 anos, enquanto as demais possuíam mais de 45 anos. Esses dados indicam que, independentemente de sua idade, todas as professoras, de forma espontânea, discutiram o tema da idade, juventude e, de maneira substancial, o envelhecimento como uma questão relacionada ao assédio. Em outras palavras, durante a fase de codificação inicial, essa categoria emergiu como a primeira e revelou que o tema da idade é um fator relevante e influente na ocorrência e percepção do assédio sexual nas experiências dessas professoras.

Suas declarações enfatizaram a percepção de beleza como fator que fragilizava as mulheres, apresentando-se como o oposto de capacidade intelectual ou eficiência para exercer as funções a que eram ocupantes. Além disso, a idade foi mencionada como um critério que permitiu às mulheres, devido às suas experiências constantes de assédio, e ao estudarem a temática dentro da universidade, desenvolverem uma maior habilidade na identificação dessas ações. Quanto mais avançam na carreira e passam a conhecer a estrutura que rege a universidade e seus departamentos, vão também criando estratégias de proteção e de blindagem contra os casos de assédio.

Os dois casos de investidas por parte de alunos foram enfatizados no contexto da juventude e da inexperiência. Essas ações foram identificadas pelas entrevistadas como indicativas de uma postura distante, posteriormente criticadas inclusive por seus colegas de trabalho e consideradas como comportamentos masculinizados. Como resultado

dessas experiências, as entrevistadas abandonaram atitudes delicadas e de acolhimento e a preocupação excessiva com a aparência física. Aparentemente, aproximar-se de posturas consideradas "masculinas" parece ser um mecanismo de proteção no qual algumas docentes se apoiam para serem respeitadas no exercício de suas funções diárias.

Outro aspecto que as professoras associaram na intersecção de gênero e idade foi a questão da credibilidade. Nessas situações, o assédio moral foi uma constante no ambiente de trabalho, envolvendo outros colegas docentes. Importante também sinalizar que a credibilidade, soma-se aos padrões conferidos ao gênero feminino e à idade, e formam um conjunto de opressões no qual o assédio é uma das principais violências identificadas. Docentes mais jovens, em início de carreira ou com poucos anos de experiência docente, são mais cobradas e são consideradas "menos autônomas". Elas são as maiores vítimas do poder masculino que de certa forma se sente autorizado a desacreditar e a controlar as ações e posturas dessas profissionais.

Os depoimentos indicam que a idade e a maturidade possibilitam maior conscientização, reflexão e capacidade de enfrentamento aos casos de assédio. Eles não deixam de existir, mas aparentemente diminuem ou perdem força. No entanto, notamos uma dificuldade de identificação/reconhecimento de casos de assédio, mesmo que já passados. No começo das entrevistas é evidente a postura das mulheres ao afirmarem nunca terem sofrido casos do tipo. À medida que a entrevista evoluía, as memórias eram retomadas e vários casos eram enfim nomeados como tal. Identificamos também que discussões, reflexões, leituras e conversas - ainda que em âmbito informal, são ferramentas orgânicas que vão permitindo que as mulheres possam conquistar mais segurança. Um dos pontos em comum nos depoimentos foi a falta ou ineficácia de canais institucionais de proteção e resguardo das vítimas de assédio - o que pode ser um entrave para a denúncia dos casos.

Sobre essa discussão, à juventude são atrelados sentimentos como se sentindo imatura, fragilizada, despreparada, incapaz, coagida, envergonhada, pressionada, invadida. Nestes casos, critérios de beleza, feminilidade e delicadeza acabam ganhando um valor negativo, um fator que facilita e 'justifica' o assédio. Já a maturidade parece afastar as investidas, mas ainda demonstra que essas mulheres se sentem responsáveis pelo novo cenário ao se sentirem esclarecidas, mais preparadas, sábias e preparadas para se defenderem.

OUTROS FATORES

As hierarquias e modelos de gênero também são fatores muito identificados nas falas das entrevistadas. Além da idade, assumir uma postura considerada menos "feminina", ou seja, menos dócil, menos mansa e também menos "sensual e bonita" é uma estratégia para serem mais acreditadas e respeitadas. Assim, parece que se aproximar de um "lugar masculino" significa para as docentes um mecanismo de proteção, de segurança e de validação entre os pares - inclusive diante de outras mulheres. Outro aspecto que também aparece nos depoimentos é o sentido/ disputa de poder. Pelo que conseguimos analisar, o poder parece ser um atributo do gênero masculino, o que faz com que muitos homens desacreditem, ataquem ou vigiem constantemente mulheres que assumem e alcançam cargos de poder e distinção em suas carreiras. Características consideradas femininas são, inclusive, utilizadas como ofensas e ferramentas discursivas para diminuir e desacreditar as docentes. Sentimentos como se sentindo diminuída, sexualizada e incapaz aparece constantemente nas suas falas. Entre as estratégias apontadas por elas como escolhas que ajudaram a se fortalecer e diminuir a incidência desse tipo de violência é focar seus estudos na temática de gênero e com isso criar também uma rede de luta. Termos como se sentindo preparada e combativa aparecem nessa fase.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas deixam evidentes que as mulheres refletem que o assédio sexual está intimamente relacionado à juventude – corpos mais jovens são vítimas de investidas, “brincadeiras”, “elogios”, enquanto as mulheres mais velhas são mais vítimas de assédio moral, sobretudo quando ocupam cargos de poder – espaços onde também precisam performar comportamentos e posturas consideradas masculinas para serem respeitadas ou legitimadas na função. Quase a totalidade das entrevistadas inicia o relato declarando não ter sido vítima de assédio. À medida que as entrevistas evoluíam, vários casos eram recuperados da memória e enfim nominados como uma prática de assédio e não como uma brincadeira entre colegas.

O contato com os depoimentos das docentes revela que o machismo é estrutural e estruturante no ambiente acadêmico. Embora alguns departamentos tenham maioria de docentes mulheres, é perceptível que diversas professoras já foram vítimas de assédio

moral ou sexual e constrangimentos relacionados ao gênero. Comentários, processos de vigilância, controle, cobranças em excesso são alguns dos aspectos mencionados que dificultam o exercício do trabalho e provocam não só insegurança como também vulnerabilizam essas sujeitas no desempenho da função.

Os estereótipos naturalizados sobre o gênero feminino são utilizados frequentemente como discursos ofensivos não só para deslegitimar o trabalho das docentes, como também para gerar dúvidas sobre a capacidade de estarem ocupando determinados cargos. São também mecanismos do poder controlador para promover julgamentos e desvalorização das atividades feitas pelas docentes.

Nesse sentido, quando o gênero se soma à idade, percebemos que para ocupar determinados espaços, docentes jovens precisam não só lidar com machismo diário e com a vigilância masculina, mas muitas vezes assumir posturas mais “duras” e “fechadas” para que possam ser respeitadas. Em alguns casos, suavizar ou negar o machismo é também uma estratégia de sobrevivência, ao menos até conseguirem construir redes mais sólidas de segurança e desenvolverem o conhecimento sobre a estrutura que rege as Universidades. É evidente que a maturidade não só profissional, como também etária, parece promover mecanismos mais concretos para que essas mulheres possam se blindar de violências e opressões.

Além do aspecto relacionado à tipificação do assédio, a idade parece também ser um determinante para a legitimação ou a deslegitimação do trabalho das docentes. A juventude, somada ao gênero feminino, parece sinalizar a necessidade de uma regulação e controle externos, sobretudo, masculinos. Ao ocuparem cargos de poder, as mulheres relatam a vigilância constante de suas posturas e atitudes, em alguns casos até da vida privada. Já o envelhecimento, ao tempo em que concede a algumas docentes a “liberdade” de serem menos cobradas, também pode carregar um sentido de exclusão.

O avanço das discussões sobre assimetrias de gênero e sobre a própria prática do assédio também são pontos destacados como importantes para o processo de emancipação e de conscientização das docentes sobre seus direitos no ambiente acadêmico. Ainda que muitas mulheres relatem o desconhecimento ou a inexistência de canais específicos para denunciar esse tipo de violência, destacam que atualmente conseguem reconhecer tais práticas e construir estratégias para denunciar ou se proteger das mesmas, inclusive através do apoio de outras docentes mulheres.

REFERÊNCIAS

- BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. *Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence*. **Feminist Africa**, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.
- BARRETO, M. **Violência, Saúde e Trabalho**. Uma Jornada de Humilhações. São Paulo: Educ, Editora da PUC, 2003.
- BERTOLINI, L. B. A. **Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar** (2ª ed.). São Paulo: Vetor. 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Creswell, J. W. **Educational research: Planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research**. (2 ed.), 2005.
- Charmaz, K. **Constructing grounded theory**. (2 ed.), 2014.
- Charmaz, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa** (J. E. Costa, Trad.). Artmed, 2009ª.
- Charmaz, K. **Shifting the Grounds: constructivist grounded theory methods**. In J. M. Morse et al. (Eds.), *Developing of the grounded theory: The second generation*. Left Coast Press, 2009b.
- Charmaz, K. & Belgrave, L. L. **Thinking about data with grounded theory**. *Qualitative Inquiry*, 2019, 25(8), 743-753.
- Charmaz, K., Thornberg, R., & Keane, E. Evolving grounded theory and social justice inquiry. In N. K. Denzin, Y. S. Lincoln (Eds.), **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. (5 ed.). Sage US, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. In: **ESTUDOS FEMINISTAS** 171 1/2002.
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque et al (orgs). **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas da pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- DUARTE, Bento Herculano; SOARES, Fernanda de Carvalho. O assédio moral no ordenamento jurídico brasileiro. **R. Fórum Trabalhista – RFT**. Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 21-47, mar./abr. 2014.
- GROPPO, Luís Antônio. **Introdução à sociologia da juventude**. Paco editorial, 2017.
- LEITE, F. Teorizar com a Grounded Theory: um caminho metodológico para as pesquisas em comunicação. **Matrizes**. V.17 - Nº 1 jan./abr. 2023
- LORD, A. Não existe hierarquia de opressão. In: DE HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LORD, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: DE HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

_____, Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente**. v. 3, n. 2, jan.-jul. 2011.

_____, Pedagogias da Sexualidade. In: **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala** / Editoras: Yuderlys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

NUNES, Maria Terezinha; REGO, Andrea de Castro Souza. **Assédio Moral e Sexual**. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Senado Federal, 2011.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

Tarozzi, M. **O que é grounded theory?** Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Lusi: Vozes, 2011.

Tie, Y. C., Birks, M., & Francis, K. **Grounded theory research: A design framework for novice researchers**. Sage Open Medicine, 2019 v7, 1-8.

ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação. Curitiba: appris, 2018.

_____ et al. A violência contra a mulher: o papel da cultura na formação de meninos e meninas. In: TJDFT (org) **Maria da Penha vai à escola**. Brasília, 2017, v.1. p. 24-34.